

Mulheres na vanguarda da justiça climática: liderando a luta por um futuro sustentável

Ana Pimentel

09/07/2024

Mulheres vêm desafiando as estruturas de poder que insistem em perpetuar um sistema capitalista de exploração e opressão. Passou da hora de reconhecer e amplificar essas vozes.



Foto: Itawi Albuquerque

Ao assumir a presidência do G20, o Brasil está em uma posição singular para influenciar a agenda global em um momento crítico. Temos agora uma oportunidade de colocar a justiça climática e o desenvolvimento sustentável no epicentro das discussões políticas mundiais.

Historicamente, as mulheres, especialmente as feministas de diversos territórios – urbanas, ribeirinhas, quilombolas, indígenas – têm sido as principais defensoras de um novo modelo de desenvolvimento, que prioriza a sustentabilidade e a equidade social. Elas vêm desafiando as estruturas de poder que insistem em perpetuar um sistema capitalista de exploração e opressão. Passou da hora de reconhecer e amplificar essas vozes.

O atual modelo de desenvolvimento, sustentado pela austeridade e pela exploração predatória, está falhando de maneira devastadora. Esse *modus operandi* tem gerado adoecimento, pobreza, fome e morte, atingindo de maneira desproporcional as mulheres. A divisão sexual do trabalho continua a sobrecarrega-las. Em média, mulheres dedicam mais de 10 horas semanais ao [trabalho não remunerado de cuidados](#) em comparação aos homens. Isso, aliado às políticas de austeridade, amplia as desigualdades e empobrece ainda mais as mulheres.

As crises climáticas, provocadas pela ganância e pela negligência, têm um impacto de gênero devastador. As mulheres são as mais afetadas por perdas econômicas, aumento da violência, migração forçada, casamento infantil e evasão escolar. Segundo estimativas do Instituto para Economia e Paz, até 2050, cerca de 1,2 bilhão

de pessoas serão deslocadas por desastres climáticos, sendo 80% dessas mulheres, de acordo com a ONU. Nos momentos de crise, como nas secas extremas, por exemplo, as mulheres assumem ainda mais responsabilidades, buscando água e alimento para suas famílias, enquanto enfrentam a perda de suas próprias fontes de subsistência.

Em nosso país, os crimes ambientais em Mariana e Brumadinho, as enchentes no Rio Grande do Sul e a seca na Amazônia são exemplos incontestáveis das consequências da exploração desenfreada e de escolhas políticas equivocadas, que ignoram as evidências científicas e desrespeitam a vida. E a conta sai mais cara sobre as mulheres.



Foto: Itawi Albuquerque

No Brasil, certos setores ainda priorizam o superávit fiscal acima da proteção das pessoas. A concentração de riqueza está diretamente ligada à degradação ambiental e social. Os 0,0001% mais ricos do mundo controlavam 3% da riqueza global em 1987; em 2024, essa proporção aumentou para 13%. Enquanto isso, os 10% mais ricos são responsáveis por metade das emissões de carbono no planeta.

Não podemos mais aceitar a negação das mudanças climáticas ou a exploração desenfreada dos recursos naturais, que são uma ameaça direta à sobrevivência de todos nós. A justiça climática só será alcançada com um projeto de desenvolvimento que distribua equitativamente os recursos econômicos, proteja o meio ambiente e fortaleça a democracia. Sob a liderança no G20, o Brasil tem a oportunidade de promover uma agenda global que inclua a taxação de grandes fortunas como medida para financiar este novo modelo, mais justo, sustentável e igualitário. As lideranças femininas e feministas têm sido, e continuarão a ser, a força motriz desta mudança. Não há mais tempo a perder.

Ana Pimentel é Deputada Federal pelo PT-MG, médica defensora do SUS, professora universitária e pesquisadora de saúde pública.

Via [Le Monde Diplomatique Brasil](#).

Compartilhe nas redes: